

EDITORIAL

A 7ª edição da Revista Cognition inaugura um período disruptivo no âmbito da pesquisa científica da Escola Superior de Magistratura, pois conta com artigos científicos de excelência que foram revisados, rigorosamente, por nosso comitê científico.

A presente edição conta com textos de reconhecidos pesquisadores internacionais, como é o caso do Doutor Joseph Weiler da Faculdade de Direito da Universidade de Nova York, do Doutor João Proença Xavier da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e da Universidade de Salamanca e da Doutora Daniela Sales Advogada do Ministério das Finanças da Holanda.

Dessa maneira, a Revista Cognition se apresenta, mais uma vez, como instrumento que visa disseminar e fortalecer aspectos científicos das Ciências Jurídicas.

Os textos apresentados nesta edição são resultados de reflexões realizadas por pesquisadores, pesquisadoras e demais profissionais ao redor do mundo e, portanto, ao longo das leituras, é possível identificar a diversidade das trajetórias acadêmicas dos autores e autoras. Disso resulta uma participação profícua e plural das reflexões aqui trazidas, configurando verdadeira fortuna crítica das disciplinas abordadas, em alinhamento ao propósito científico que a ESMA/PB assumiu.

No artigo **QUEM TEM MEDO DE UMA NAÇÃO DAS NAÇÕES?**, o leitor terá condições de compreender em detalhes como os fundamentos morais, políticos e jurídicos da identidade nacional espanhola e catalã estão enraizados na dignidade da condição humana. Ademais, o texto ainda fornece a justificativa para uma reforma constitucional que manteria a Espanha, um Estado indivisível composto por uma nação de nações, na vanguarda mundial na organização das relações entre todos os seus cidadãos constituintes.

Seguindo o padrão dos estudos jurídicos internacionais, o artigo **THE STATE OF STATELESS IN BRAZIL: FIGHTING STATELESSNESS BY INVOKING HUMAN RIGHTS** apresenta uma análise de como o Brasil enfrenta a condição da Apatridia dentro de suas fronteiras e através de sua estrutura jurídica, avaliando o cumprimento das obrigações internacionais do país sob as

Convenções sobre Apatridia de 1954 e 1961. A análise explora, ainda, como o Brasil invoca direitos humanos mais amplos, especialmente os direitos das crianças e direito a não-discriminação, como ferramentas para garantir pertencimento legal e dignidade. Com base em uma análise jurídica doutrinária e ilustrado por casos emblemáticos como o dos “Brasileirinhos Apátridas” e de Maha Mamo, o estudo avalia as reformas domésticas brasileiras e situa seus esforços no contexto regional das Américas.

Em seguida, o leitor tem acesso ao texto **O PODER JUDICIÁRIO E A SAÚDE DIGITAL: STARTUP LAW, MEDICAMENTOS DIGITAIS E IMPACTOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS** que vem apresentar uma análise que destaca a interação entre o advento dos medicamentos digitais no Brasil e o fenômeno da judicialização da saúde, considerando os impactos do Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) no Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa examina a complexa interação entre inovações tecnológicas e como o Poder Judiciário atua na regulação indireta da saúde digital e quais os impactos, investigando como as decisões dos Temas 6 e 1234 do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelecem novos parâmetros para a concessão judicial de tratamentos inovadores.

De maneira peculiar o artigo **DERECHO PENAL Y PROTECCIÓN DE GÉNERO: La discriminación del género femenino como fundamento de herramientas criminales** apresenta uma perspectiva indispensável na luta contra a violência contra a mulher a partir da análise teórica de que o Direito Penal está sendo instrumentalizado para o controle da violência contra a mulher. Portanto, no texto será possível verificar se há a compatibilidade de finalidades do Direito Penal (prevenção especial e geral) e as garantias internacionais (não repetição).

Pensando na perspectiva inclusiva, o artigo **DO PAPEL À PRÁTICA: DEZ ANOS DE CAMINHADA COM A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO** ao passo que discute os efeitos jurídicos da Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com deficiência, analisa também os avanços jurídicos e sociais que podem ser identificados desde a vigência da Lei nº 13.146/2015.

Com um pensamento diferenciado, o artigo **A ILEGITIMIDADE DO(A) PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA REALIZAR O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE REPRESSIVO** traz uma análise dos fundamentos da

ilegitimidade do(a) Presidente da República para realizar o controle de constitucionalidade repressivo das leis. O texto destaca que, muito embora o tema seja importante, a doutrina o trata com superficialidade e ambiguidade. Nesse sentido, o texto analisa a relação entre Estado Constitucional e Estado de Direito, a supremacia da Constituição e as formas de controle de constitucionalidade no Brasil. Na sequência, analisam-se os argumentos que defendem a constitucionalidade da não aplicação de lei considerada inconstitucional pelo(a) Presidente(a) da República e expõe-se a fragilidade da utilização da ADI 221 como jurisprudência.

De forma mais pragmática, o artigo **GESTÃO DE CONFLITOS NA JUSTIÇA FEDERAL: ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DA AUTOCOMPOSIÇÃO NO CEJUSC DE JOÃO PESSOA (2018-2023)** investiga em que medida a autocomposição tem-se revelado efetiva na Justiça Federal, com base nos resultados do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de João Pessoa, no período de 2018 a 2023, na gestão de conflitos pré-processuais e processuais.

E, por fim, seguindo o padrão de temas que se destacam nas ciências jurídicas, o artigo **O USO DA INTELIGENCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO** reflete não apenas sobre as reformas conceituais, estruturais e legislativas do sistema prisional brasileiro, mas também, sobre influência que a inovação tecnológica possui na ordem jurídica brasileira, mas construindo uma reflexão ética e controlada do uso da inteligência artificial.

Boa Leitura!

Milena Barbosa de Melo
Editora Chefe

EDITORIAL

The present edition features texts from renowned international researchers, such as Dr. Joseph Weiler from the New York University Law School, Dr. João Proença Xavier from the University of Coimbra Law School and the University of Salamanca, and Dr. Daniela Sales, a lawyer at the Ministry of Finance of the Netherlands.

Thus, the Cognitio Journal reaffirms its position as a vehicle for disseminating and enhancing the scientific dimensions of Legal Sciences

The texts presented in this edition are the result of reflections carried out by researchers and professionals worldwide, offering readers a glimpse into the diverse academic backgrounds of the authors. This diversity enriches the discussion, fostering a critical examination of the topics explored, in line with ESMA/PB's scientific objectives

The article **'WHO FEARS A NATION OF NATIONS?'** provides an in-depth examination of the moral, political, and legal foundations of Spanish and Catalan national identity, revealing how they are grounded in human dignity. Furthermore, the article presents a justification for constitutional reform that would enable Spain, as a unified state comprising multiple nations, to remain at the forefront of global efforts to organize relationships among its citizens.

In line with international legal studies, the article **'THE STATE OF STATELESS IN BRAZIL: FIGHTING STATELESSNESS BY INVOKING HUMAN RIGHTS'** offers an analysis of Brazil's approach to statelessness within its borders and through its legal framework, assessing the country's adherence to international obligations under the 1954 and 1961 Statelessness Conventions. The analysis also explores how Brazil utilizes broader human rights, particularly children's rights and the right to non-discrimination, as tools to ensure legal belonging and dignity. Based on doctrinal legal analysis and illustrated by emblematic cases such as those of the "Stateless Brazilian Kids" and Maha Mamo, the study evaluates Brazilian domestic reforms and situates its efforts within the regional context of the Americas.

The reader can then access the article **'THE JUDICIARY AND DIGITAL HEALTH: STARTUP LAW, DIGITAL MEDICINES, AND IMPACTS ON THE UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)'**, which presents an analysis of the intersection between the emergence of digital medicines in Brazil and the judicialization of health. This analysis considers the impacts of the Legal Framework for Startups (Complementary Law No. 182/2021) on the Unified Health System (SUS). The research examines the complex interplay between technological innovations and the Judiciary's role in indirectly regulating digital health, as well as the resulting implications. Specifically, it investigates how the decisions of Themes 6 and 1234 of the Federal Supreme Court (STF) establish new parameters for the judicial granting of innovative treatments.

In a distinctive manner, the article **'CRIMINAL LAW AND GENDER PROTECTION: The discrimination of the female gender as the foundation of criminal tools'** offers a crucial perspective on combating violence against women. Through a theoretical analysis, it examines how Criminal Law is being utilized to control violence against women. The text will enable readers to assess whether the objectives of Criminal Law (specific and general prevention) align with international guarantees (non-repetition).

Approaching the topic from an inclusive perspective, the article **'FROM PAPER TO PRACTICE: TEN YEARS OF WALKING WITH THE BRAZILIAN INCLUSION LAW'** examines the legal implications of the Brazilian Inclusion Law for individuals with disabilities, while also assessing the legal and social progress made since the enactment of Law No. 13.146/2015.

Offering a distinctive perspective, the article **'THE ILLEGITIMACY OF THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC TO PERFORM REPRESSIVE CONSTITUTIONALITY CONTROL'** provides an in-depth analysis of the grounds for the President of the Republic's illegitimacy to exercise repressive control over the constitutionality of laws. Despite the importance of this topic, the text notes that it has been treated superficially and ambiguously in doctrine. The article examines the relationship between the Constitutional State and the Rule of Law, the supremacy of the Constitution, and the various forms of constitutional control in Brazil. Furthermore, it scrutinizes the arguments in favor of the constitutionality

of the President's non-application of a law deemed unconstitutional, revealing the weakness of relying on ADI 221 as a judicial precedent.

In a more pragmatic approach, the article **'CONFLICT MANAGEMENT IN FEDERAL COURT: A STUDY ON THE EFFECTIVENESS OF SELF-COMPOSITION AT CEJUSC IN JOÃO PESSOA (2018-2023)'** examines the effectiveness of self-composition in the Federal Justice system, based on the outcomes of the Judicial Center for Conflict Resolution and Citizenship (Cejusc) in João Pessoa, between 2018 and 2023, in managing both pre-litigation and litigation conflicts.

Lastly, following the trend of prominent themes in legal sciences, the **article 'THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE CONTEXT OF THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM'** delves into conceptual, structural, and legislative reforms within the Brazilian prison system, while examining technological innovation's impact on Brazil's legal framework. It provides an ethical and controlled analysis of artificial intelligence applications.

Good Reading!

Milena Barbosa de Melo
Chief Editor

EDITORIAL

La presente edición presenta textos de renombrados investigadores internacionales, como el Dr. Joseph Weiler de la Facultad de Derecho de la Universidad de Nueva York, el Dr. João Proença Xavier de la Facultad de Derecho de la Universidad de Coímbra y de la Universidad de Salamanca, y la Dra. Daniela Sales, abogada del Ministerio de Finanzas de los Países Bajos. Así, la Revista Cognitio reafirma su posición como un vehículo para la difusión y el fortalecimiento de las dimensiones científicas de las Ciencias Jurídicas.

Los textos presentados en esta edición son resultados de reflexiones realizadas por investigadores, investigadoras y demás profesionales de todo el mundo y, por lo tanto, a lo largo de las lecturas, es posible identificar la diversidad de las trayectorias académicas de los autores y autoras. De ello resulta una participación profícua y plural de las reflexiones aquí traídas, configurando una verdadera fortuna crítica de las disciplinas abordadas, en alineación con el propósito científico que la ESMA/PB ha asumido. En el artículo ¿QUIÉN TIENE MIEDO DE UNA NACIÓN DE NACIONES?, el lector tendrá la oportunidad de comprender en detalle cómo los fundamentos morales, políticos y jurídicos de la identidad nacional española y catalana están enraizados en la dignidad de la condición humana. Además, el texto también proporciona la justificación para una reforma constitucional que mantendría a España, un Estado indivisible compuesto por una nación de naciones, a la vanguardia mundial en la organización de las relaciones entre todos sus ciudadanos constituyentes.

Siguiendo el modelo de los estudios jurídicos internacionales, el artículo EL ESTADO DE LOS APÁTRIDAS EN BRASIL: LUCHA CONTRA LA APATRIDIA POR INVOCACIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS presenta un análisis de cómo Brasil enfrenta la condición de apatridia dentro de sus fronteras y a través de su estructura jurídica, evaluando el cumplimiento de las obligaciones internacionales del país bajo las Convenciones sobre Apatridia de 1954 y 1961.

El análisis también explora cómo Brasil invoca derechos humanos más amplios, especialmente los derechos de los niños y el derecho a la no discriminación, como herramientas para garantizar la pertenencia legal y la dignidad. Basado en un análisis jurídico doctrinal e ilustrado por casos emblemáticos como el de los 'Brasileirinhos Apátridas' y de Maha Mamo, el

estudio evalúa las reformas domésticas brasileñas y sitúa sus esfuerzos en el contexto regional de las Américas.

A continuación, el lector tiene acceso al texto EL PODER JUDICIAL Y LA SALUD DIGITAL: DERECHO DE LAS STARTUPS, MEDICAMENTOS DIGITALES Y IMPACTOS EN EL SISTEMA ÚNICO DE SALUD-SUS, que presenta un análisis que destaca la interacción entre la aparición de medicamentos digitales en Brasil y el fenómeno de la judicialización de la salud, considerando los impactos del Marco Legal de las Startups (Ley Complementaria n.º 182/2021) en el Sistema Único de Salud (SUS). La investigación examina la compleja interacción entre innovaciones tecnológicas y cómo el Poder Judicial actúa en la regulación indirecta de la salud digital y cuáles son los impactos, investigando cómo las decisiones de los Temas 6 y 1234 del Supremo Tribunal Federal (STF) establecen nuevos parámetros para la concesión judicial de tratamientos innovadores.

De manera peculiar, el artículo DERECHO PENAL Y PROTECCIÓN DE GÉNERO: La discriminación del género femenino como fundamento de herramientas criminales presenta una perspectiva indispensable en la lucha contra la violencia hacia la mujer a partir del análisis teórico de que el Derecho Penal está siendo instrumentalizado para el control de la violencia contra la mujer. Por lo tanto, en el texto será posible verificar si hay compatibilidad entre los fines del Derecho Penal (prevención especial y general) y las garantías internacionales (no repetición).

Pensando en la perspectiva inclusiva, el artículo DEL PAPEL A LA PRÁCTICA: DIEZ AÑOS DE CAMINATA CON LA LEY BRASILEÑA DE INCLUSIÓN, al tiempo que discute los efectos jurídicos de la Ley Brasileña de Inclusión de Personas con Discapacidad, también analiza los avances jurídicos y sociales que se pueden identificar desde la vigencia de la Ley nº 13.146/2015.

Con un pensamiento diferenciado, el artículo LA ILEGITIMIDAD DEL(A) PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA PARA REALIZAR EL CONTROL DE CONSTITUCIONALIDAD REPRESIVO trae un análisis de los fundamentos de la ilegitimidad del(a) Presidente de la República para realizar el control de constitucionalidad represivo de las leyes. El texto destaca que, aunque el tema es importante, la doctrina lo trata con superficialidad y ambigüedad. En este sentido, el texto analiza la relación entre Estado Constitucional y Estado de

Derecho, la supremacía de la Constitución y las formas de control de constitucionalidad en Brasil. A continuación, se analizan los argumentos que defienden la constitucionalidad de la no aplicación de una ley considerada inconstitucional por el/la Presidente(a) de la República y se expone la fragilidad de la utilización de la ADI 221 como jurisprudencia.

De manera más pragmática, el artículo GESTIÓN DE CONFLICTOS EN LA JUSTICIA FEDERAL: ESTUDIO SOBRE LA EFECTIVIDAD DE LA AUTOCOMPOSICIÓN EN EL CEJUSC DE JOÃO PESSOA (2018-2023) investiga en qué medida la autocomposición ha demostrado ser efectiva en la Justicia Federal, basándose en los resultados del Centro Judicial de Solución de Conflictos y Ciudadanía (Cejusc) de João Pessoa, en el período de 2018 a 2023, en la gestión de conflictos preprocesales y procesales.

Y, por último, siguiendo el patrón de temas que destacan en las ciencias jurídicas, el artículo EL USO DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN EL CONTEXTO DEL SISTEMA PENITENCIARIO BRASILEÑO reflexiona no solo sobre las reformas conceptuales, estructurales y legislativas del sistema penitenciario brasileño, sino también sobre la influencia que la innovación tecnológica tiene en el orden jurídico brasileño, construyendo una reflexión ética y controlada sobre el uso de la inteligencia artificial.

¡Buena lectura!

Milena Barbosa de Melo
Editora Jefe